



Diagnóstico às Escolas do Ensino Primário e I Ciclo (Públicas, Comparticipadas e Comunitárias) sobre as condições de regresso às aulas, em tempos de COVID-19



FICHA TÉCNICA

Este estudo foi realizado pela Rede Angolana da sociedade civil de Educação para Todos - Rede EPT-Angola (no âmbito do Projecto “Investir na Educação é sustentar o Futuro” co-financiado pela OSISA), em parceria com o MOSAIKO (no âmbito do Projecto “Promoção e defesa dos Direitos Humanos em Angola”, financiado pela MISEREOR) e com o apoio da APDES (Agência Piaget para o Desenvolvimento). Da Rede EPT-Angola participaram directamente na elaboração do estudo, a AAEA, a ADRA e o SINPROF.

A **Rede EPT-Angola** – Rede Angolana da Sociedade Civil de Educação para Todos, formada em 2007, compreende um conjunto de organizações sem fins lucrativos que entende a Educação como um Direito Humano e defende uma educação pública de qualidade, equitativa e inclusiva, acessível a toda a população.

Rede EPT-Angola: <https://www.facebook.com/rede.ept.angola/>

Vítor Barbosa - barbosa@netangola.com; 949 442 894

O **MOSAICO | Instituto para a Cidadania** é um Instituto angolano, sem fins lucrativos, fundado em 1997 pelos Missionários Dominicanos, tendo sido a primeira instituição angolana a assumir explicitamente como missão promover os Direitos Humanos em Angola. Visa produzir e difundir uma reflexão contextualizada e rigorosa, alimentada pela pesquisa social e desenvolvida em acções de formação para capacitar os diferentes actores sociais na construção de uma cultura de Direitos Humanos em Angola em Angola.

TM: (0024)929 77 58 15 | 912 508 604

E-mail: mosaiko@mosaiko.op.org

CONTEÚDO

INTRODUÇÃO.....	4
METODOLOGIA.....	6
ANÁLISE DE DADOS.....	7
CONCLUSÕES.....	22
RECOMENDAÇÕES.....	28
BIBLIOGRAFIA.....	31
ANEXOS.....	31

INTRODUÇÃO

Este documento apresenta a análise dos dados do Diagnóstico às Escolas do Ensino Primário e I Ciclo do Secundário (Públicas, Comparticipadas e Comunitárias) sobre as condições de regresso às aulas, em tempos de COVID-19, realizado pelo MOSAIKO e pela Rede Angolana da Sociedade Civil de Educação para Todos, com o objectivo contribuir para o retorno às aulas em segurança.

Cerca de 4 meses depois da suspensão das aulas, em Março de 2020, o MOSAIKO queria conhecer as actividades realizadas e as condições de biossegurança nas escolas com as quais colabora, e a Rede EPT procurava obter uma visão geral do alcance do ensino à distância (Tele e Rádio-aulas), bem como as melhorias efectuadas nas escolas para garantir o direito à educação para todas as crianças.

O encerramento das escolas foi uma das medidas adoptadas por governos de todo o mundo, para mitigar a transmissão da COVID-19. Contudo, a prolongada ausência de aulas presenciais, além de ter um impacto negativo no bem-estar das crianças e jovens, nalguns contextos¹, pode não estar necessariamente a reduzir a transmissão de forma eficaz (INEE & Aliança, 2020).

Em relação ao **acesso à educação de qualidade e à aprendizagem**, o encerramento das escolas deixa as crianças e jovens marginalizados ainda mais para trás, em comparação com os seus pares menos vulneráveis. Além do ensino dos conteúdos curriculares, a escola tem outras funções no desenvolvimento da criança, como a de **socialização** e a de **protecção** para a saúde e protecção de ameaças à integridade física e psicológica. **Protecção para a saúde** porque a escola constitui um espaço de informação privilegiado para a difusão das medidas de protecção e segurança do COVID-19, criando hábitos que serão “levados para casa” e, consequentemente para a comunidade. **Protecção da criança**, pois a escola “*pode providenciar um ambiente seguro às crianças e jovens que estão em risco de abuso, de exploração, de violência e de negligência..., proporciona às crianças o acesso a adultos que podem mantê-las seguras durante o horário escolar e a redes de apoio comunitário que ajudam a protegê-las.*” (INEE & Aliança, 2020).

A Rede EPT-Angola e o MOSAIKO defendem o direito à Educação para todas as crianças e jovens, “sem deixar ninguém para trás” (ODS4) e, no contexto angolano, as alternativas às aulas presenciais podem não garantir esse direito. Porém, o retorno às aulas não pode acontecer a qualquer custo, sendo necessário criar as condições de segurança e protecção nas escolas, nomeadamente ao nível do que são considerados **requisitos mínimos** em termos de “Acesso e Ambiente de Aprendizagem: Igualdade de Acesso, Protecção e Bem-Estar, Instalações e Serviços²; Ensino-Aprendizagem; Professores e outros agentes da educação e Políticas Educativas” (INEE,2010).

¹ Há evidências, provenientes de alguns contextos, que sugerem que existe um baixo risco de transmissão do Coronavírus nas escolas (DFTB 2020) dependendo, parcialmente das condições locais da escola e da comunidade e das medidas de segurança (INEE & Aliança, 2020).

² “*As instalações educativas promovem a segurança e bem-estar dos alunos, professores e outros profissionais de educação, em articulação com os serviços de saúde, nutrição, apoio psicossocial e protecção.*” (INEE, 2010. *Requisitos mínimos para a educação: preparação, resposta e reconstrução*).

Assim, as organizações que coordenam a Rede EPT-Angola (AAEA, ADRA e SINPROF), em parceria com o MOSAIKO e a colaboração técnica da APDES, efectuaram um diagnóstico, através de questionário telefónico, a 70 Escolas do Ensino Primário e I Ciclo do Secundário (Públicas, Comparticipadas e Comunitárias) sobre as condições de regresso às aulas, na actual situação pandémica por COVID-19, abrangendo 9 Províncias do país.

As questões colocadas sobre as condições de segurança e protecção do COVID-19 tiveram como referência legislação e documentos nacionais³ e internacionais⁴, para que, além de recolher informação, o questionário tivesse uma função pedagógica, servisse de alerta para as medidas de biossegurança a criar nas escolas. Assim, os **objectivos do estudo** foram:

- I. Contribuir para o retorno às aulas em segurança.
- II. Conhecer os requisitos de segurança para aplicar nas escolas (Gov. Angola, UNICEF, CGE, INEE, outros).
- III. Conhecer as condições das escolas, em termos de protecção do COVID-19, para o retorno às aulas;
- IV. Saber o que aconteceu nos últimos 3 meses (Abril, Maio, Junho), em termos de actividades na escola, comunicação das autoridades, reuniões ou formação de professores, ensino à distância, tarefas para casa, etc.
- V. Divulgar a informação junto das respectivas Administrações Municipais e outros actores-chave.

Após uma breve descrição da metodologia, apresenta-se em secções, a análise de dados, onde se procurou sistematizar e quantificar a informação qualitativa. Das 70 escolas do Ensino Primário e I Ciclo inquiridas em 9 Províncias, na sua maioria públicas (54), 93% indicaram que não têm todas as condições para o regresso às aulas em segurança, sendo a falta de água, o número de torneiras disponíveis e as casas-de-banho funcionais, grandes desafios. Porém, a maioria considera que é essencial o regresso às aulas presenciais ou semi-presenciais, para assegurar não só o direito à Educação, como a protecção das crianças (incluindo do COVID-19). No final do estudo são sintetizadas as principais conclusões e recomendações, apresentando-se uma proposta de organização funcional e pedagógica de regresso às aulas em modo semi-presencial.

³ Decreto Presidencial n.º 142/20, de 25 de Maio: Declara a situação de Calamidade Pública.

⁴ UNICEF, OPAS, IFRC, 2020. *Mensagens e ações importantes para a COVID-19 - Prevenção e controle em escolas*. Março de 2020. OPAS/BRA/Covid-19/20-015.

METODOLOGIA

Com o objectivo de contribuir para o retorno às aulas em segurança, o estudo seguiu uma metodologia predominantemente qualitativa, com fonte de dados primária, aplicando um questionário de 63 questões estruturadas e semi-estruturadas, através de chamada telefónica.

Para a constituição da amostra definiram-se critérios, de modo a que esta pudesse assumir as características do universo de Escolas do Ensino Primário e I Ciclo (e com isto, extrapolar-se a análise dos resultados para a população):

- Diferentes tipos de escola: escolas Públicas (maioria); escolas Comparticipadas e escolas Comunitárias;
- Diferentes Meios sócio-geográficos: escolas de meio urbano/ peri-urbano e de meio rural;
- Diferentes Províncias e Municípios: escolas de diferentes províncias (preferencialmente, 3 a 6 escolas do E. primário e 3 a 6 escolas do I Ciclo).

Para a identificação das 70 escolas, utilizaram-se dois tipos de amostragem:

- A) 18 escolas por amostragem não probabilística intencional (seleccionadas porque colaboravam com o Mosaiko, obedecendo aos critérios identificados);
- B) 52 escolas por amostragem probabilística aleatória estratificada: seleccionadas ao acaso, por pontos focais provinciais da Rede EPT ou do SINPROF, (obedecendo aos critérios identificados).

Os dados foram recolhidos entre 20 de Julho e 13 de Agosto de 2020 – por 6 inquiridores do Mosaiko e Rede EPT- Angola (AAEA, APDES e SINPROF), através de chamada telefónica (registados no formulário em papel).

A análise qualitativa e quantitativa foi predominantemente de estatística descritiva, ou seja, sistematizar e re-organizar os dados através de quadros, gráficos e indicadores numéricos que facilitam a compreensão da amostra e, deste modo, inferir a tendência de resposta das escolas do país.

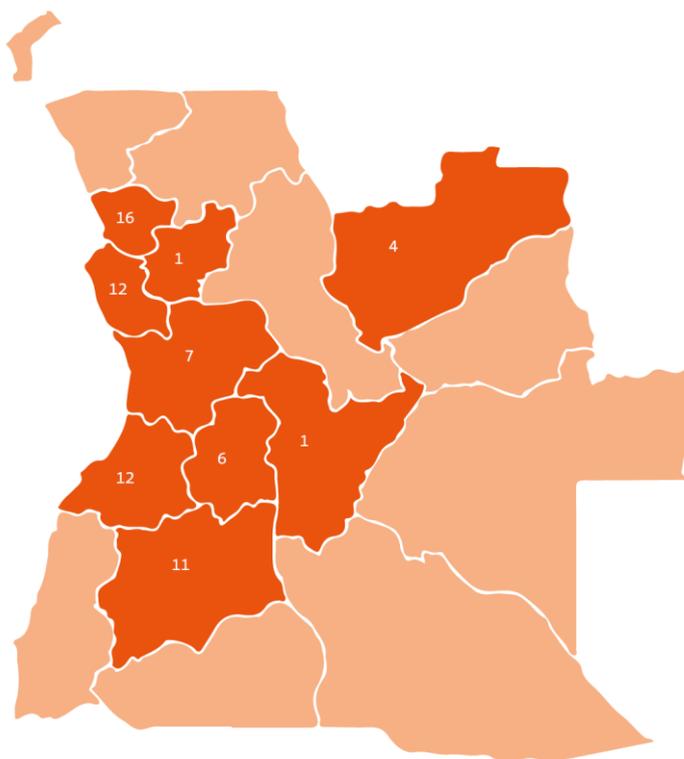
Os respondentes são anónimos, apenas identificando a função, Município, Província, nível de ensino e tipo de escola.

ANÁLISE DE DADOS

CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS (amostra) E DOS RESPONDENTES

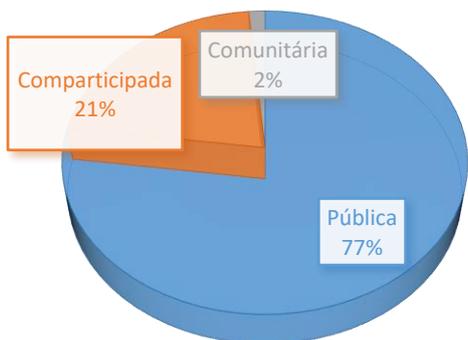
Os dados do diagnóstico compreenderam:

- 70 Escolas
- 9 Províncias
- 30 Municípios
- 54 Escolas Públicas
- 15 Escolas Comparticipadas
- 1 Escola Comunitária
- 31 Escolas do E. Primário
- 19 Complexos Escolares (E. Primário + I Ciclo)
- 20 Escolas do I Ciclo

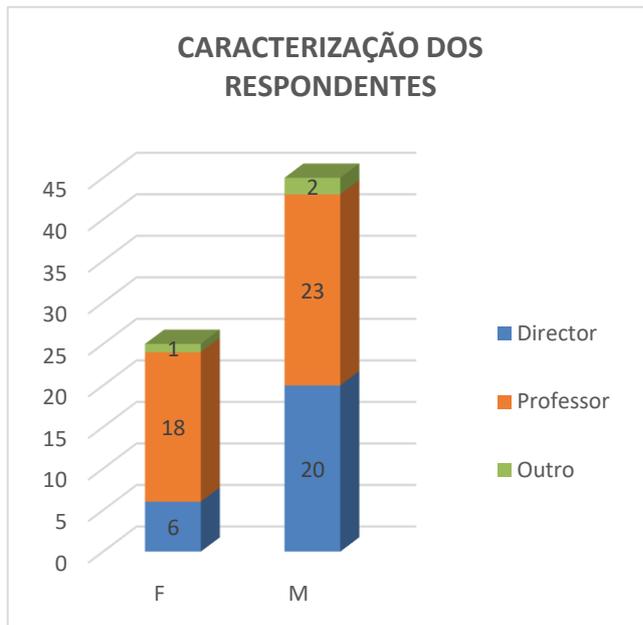


Províncias	Municípios	Escolas
Bengo	6	12
Benguela	7	12
Bié	1	1
Huambo	4	6
Huíla	2	11
Kwanza Norte	1	1
Kwanza Sul	3	7
Luanda	3	16
Lunda-Norte	3	4
9	30	70

TIPO DE ESCOLA



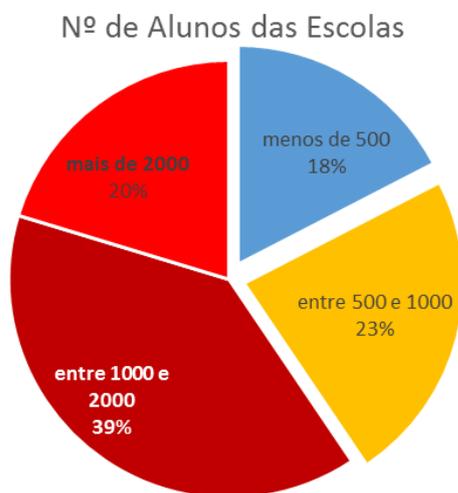
Tipo Escola e Nível Ensino	Primário	Primário + 1º Ciclo	1º Ciclo	TOTAL
Pública	28	11	15	54
Comparticipada	2	8	5	15
Comunitária	1			1
TOTAL	31	19	20	



Entre os 70 RESPONDENTES ao questionário, encontravam-se:

- 25 Mulheres
- 45 Homens
- 26 da Direcção (geral ou pedagógica)
- 41 Professores
- 3 de Outras funções (secretaria, limpeza)
- Idades entre 25 e 58 anos
- Média de Idades = 38 anos

CARACTERIZAÇÃO E CONDIÇÕES DAS ESCOLAS



NÚMERO DE ALUNOS nas 70 escolas inquiridas:

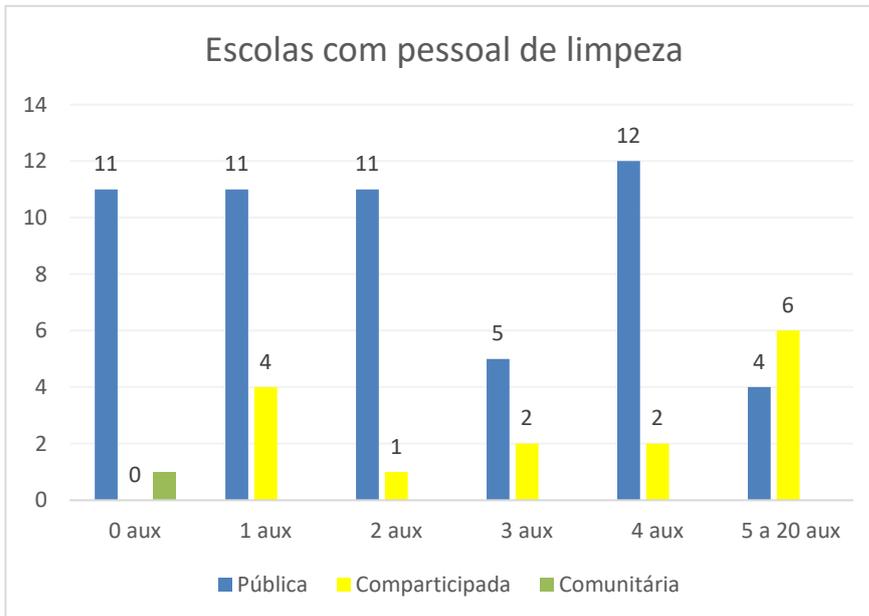
- 12 escolas com menos de 500 alunos
- 16 escolas entre 500 e 1000 alunos
- 27 escolas com nº de alunos entre 1000 e 2000
- 14 escolas com mais de 2000 alunos
- 1 professor respondente desconhecia o nº de alunos da escola

Nº de Escolas com mais de 1000 alunos = 41

Média de alunos (das 70 escolas inquiridas) = 1266

MODA (valor mais frequente) de alunos das escolas = 2000

36 Escolas (51%) com 45 alunos ou mais alunos por sala

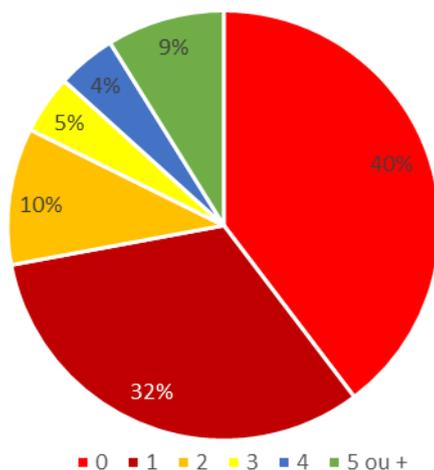


Média dos auxiliares de limpeza nas 70 Escolas = 2 a 3

MODA (valor mais frequente) dos auxiliares de limpeza por escola = 1

O que se verifica da análise de dados é que não há uma correspondência entre o número de alunos (ou número de salas de aulas) e o número de auxiliares da limpeza, ou seja, a maioria das escolas (59%) tem mais de 1000 alunos, mas apenas 24 escolas têm 4 ou mais auxiliares.

Nº Torneiras disponíveis na Escola



TORNEIRAS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS:

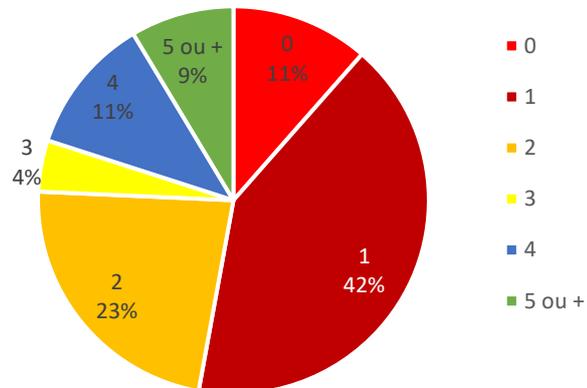
72% das escolas inquiridas tem zero (o) ou uma (1) torneira disponível.

A vermelho, 27 escolas (40 %) com 0 (zero) torneiras, das quais 24 Públicas e 3 Comparticipadas, tanto do Ensino Primário, como I Ciclo.

A vermelho escuro, 22 escolas (32%) com 1 torneira, maioritariamente do E. Público (18) e E. Primário (17).

Casas de banho (WC) de Alunas disponíveis na escola:

- 0 WC = 8 escolas
- 1 WC = 29 escolas
- 2 WC = 16 escolas
- 3 WC = 3 escolas
- 4 WC = 8 escolas
- 5 ou +WC = 6 escolas



A maioria das escolas (53%) tem uma (1) ou nenhuma (0) casa de banho e apenas um terço tem 3 ou mais wc para meninas e meninos.

Das 27 escolas com nº de alunos entre 1000 e 2000, 11 têm apenas 1 WC masc e 1 WC fem.

Das 14 escolas com mais de 2000 alunos, 5 têm apenas 1 WC masc e 1 WC fem.

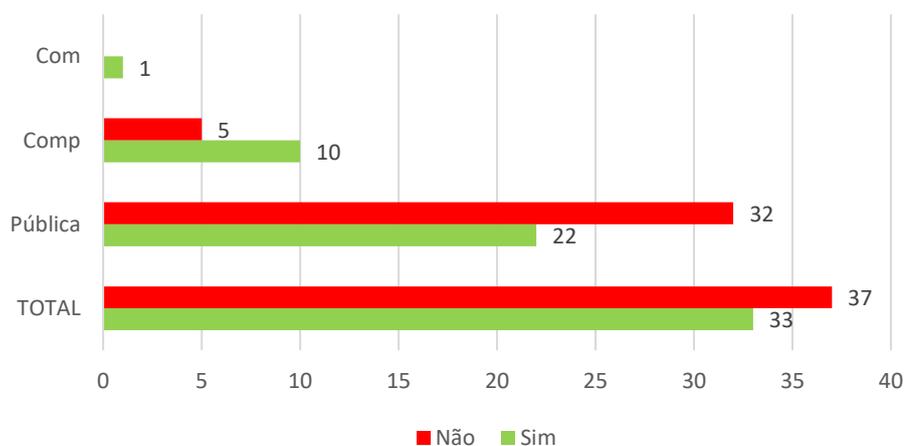
ACESSO À ÁGUA NA ESCOLA, ANTES DO COVID-19

ÁGUA CANALIZADA:

Do total de escolas⁵, 33 responderam que Sim, que tinham água canalizada, na sua maioria (24) a partir do reservatório ou tanque de água.

Contudo, 37 Escolas não têm água canalizada, sendo o cenário mais grave nas Escolas Públicas.

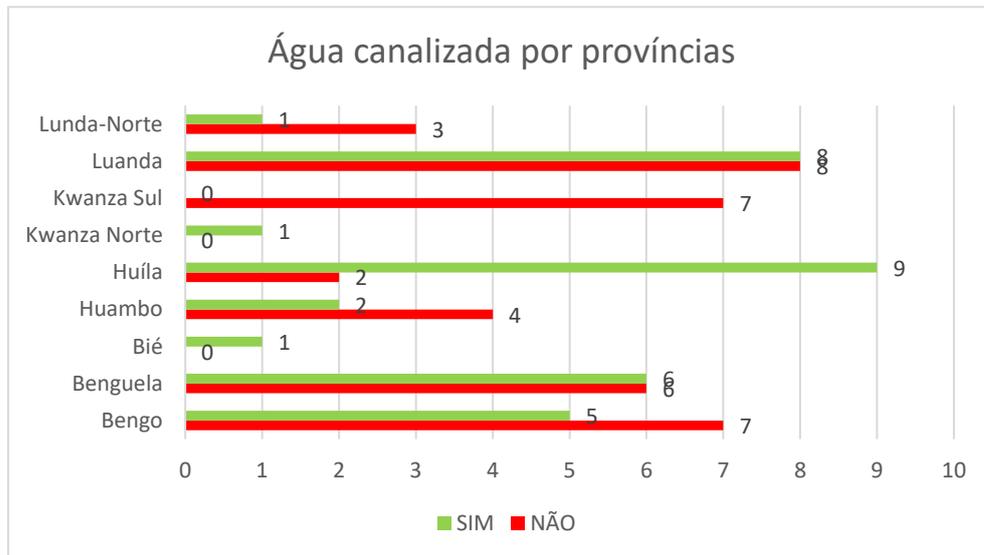
ÁGUA CANALIZADA por Tipo de Escola



⁵ Verificou-se uma resposta em branco (uma escola que não respondeu).

Em relação à ÁGUA CANALIZADA POR PROVÍNCIAS, há 2 Províncias que se destacam:

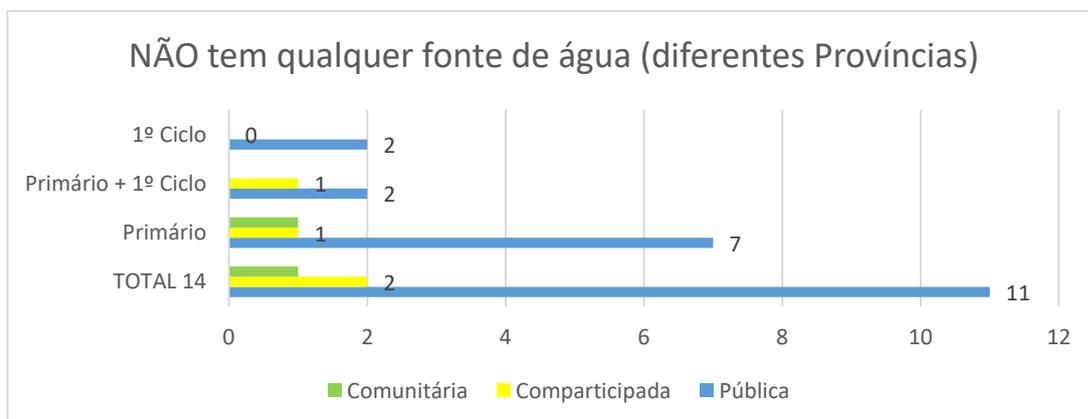
- **A Huíla, pela positiva**, pois a maioria escolas inquiridas (9 em 11) tem água canalizada:
- **O Kwanza Sul, pela negativa**, pois das 7 escolas respondentes, nenhuma tem água canalizada.



OUTRAS FONTES DE ÁGUA

Em relação à existência de outras fontes de água (alternativas à rede de abastecimento público), verificou-se que 79% das escolas utilizam:

- Tanque = 44
- Cacimba = 8
- Outro = 3



14 Escolas (20%) não tinham outra fonte de água, sendo maioritariamente do Ensino Público e E. Primário. Destas, 6 têm água canalizada, podendo inferir-se que recebem da Rede Pública (ou não), mas 8 não têm qualquer fonte de água.

ABASTECIMENTO REGULAR DE ÁGUA:

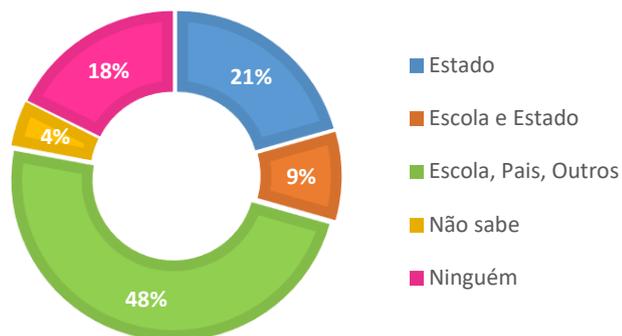
Entre as 70 escolas, independentemente da fonte de água que usam, 42 (60%) enunciaram que o abastecimento não é regular, incluindo os que têm Cacimbas como fonte alternativa (no tempo seco, ficam sem água).



PAGAMENTO DA ÁGUA

O pagamento de água, na maioria das escolas, é assegurado pelos Encarregados de Educação, Escola (com contribuição dos Pais) ou Outros.

- Estado = 14
- Escola e Estado = 6
- Escola, Pais, Outros = 33
- Não sabe = 3
- Ninguém⁶ = 12



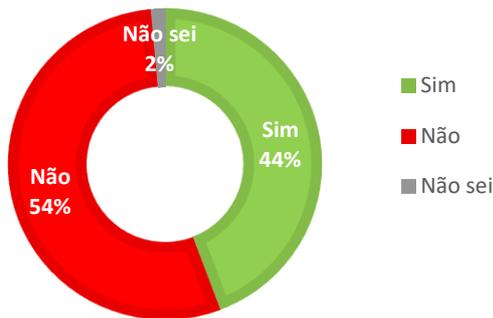
⁶ Parte dos que responderam “Ninguém”, tem cacimbas.

ACESSO À ÁGUA NA ESCOLA, EM TEMPO DE COVID-19

MELHORIAS NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA:

Das 70 escolas, apenas 7 (10%) tiveram melhorias no abastecimento de água, de Março a Agosto de 2020 (2 em Benguela, 2 na Huíla e 3 em Luanda).

OUTROS SISTEMAS DE ÁGUA



Em alternativa, 31 escolas (44%) criaram outros sistemas de abastecimento de água, sobretudo “Bidons com torneiras” (26).

Em relação ao sistema Tip-Tap (bidons que jorram água pela acção do pé), 49 escolas referiram que conheciam, mas apenas 2 (duas) o utilizavam.

SABÃO DISPONÍVEL:



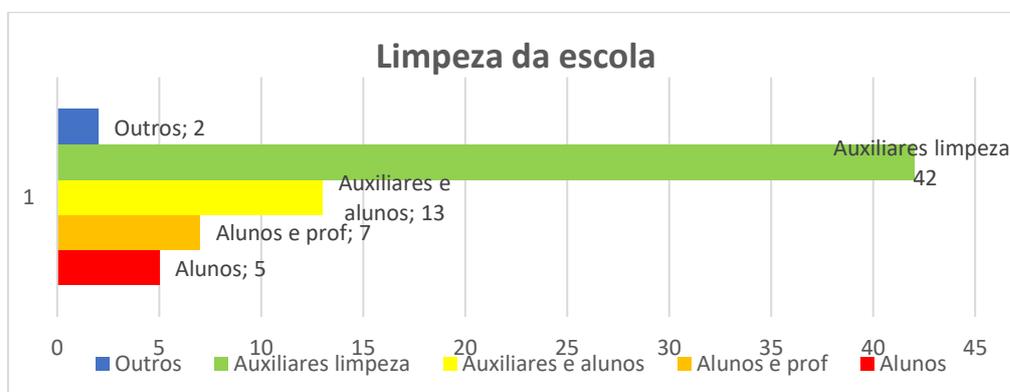
Quanto ao sabão para lavar as mãos, cerca de metade das escolas (36) não tem sabão disponível.

LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DA ESCOLA

PESSOAL DE LIMPEZA

Em 25 escolas, alunos e professores participam na limpeza ou são os únicos a assegurar a limpeza da escola (12), sobretudo na Escola Pública (incluindo em 14 Escolas do E. Primário).

Em 60% das escolas existe pelo menos um funcionário da limpeza.



Para a limpeza, são utilizados:

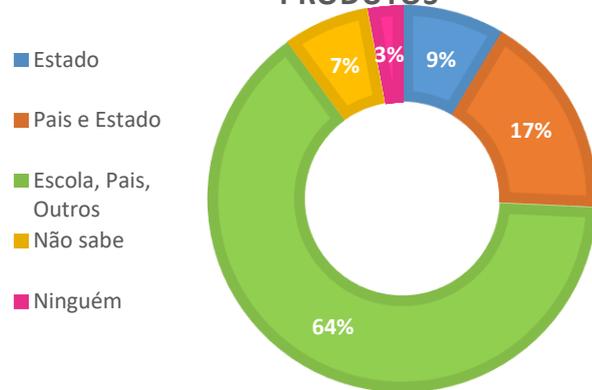
- Enxada/catana, vassoura e água	8, maioritariamente no E. Público
- Omo	9, no E. Público
- Lixívia e omo/ sabão	52 escolas

PAGAMENTO DA LIMPEZA:

Quem assegura o pagamento da limpeza (de funcionários e produtos), é maioritariamente (64%) a Escola e os Pais/ Encarregados de Educação (em 45 escolas).

Apenas 6 escolas (9%) têm o pagamento da limpeza assegurado pelo Estado, participando o salário dos funcionários em 12 escolas (17%).

PAGAMENTO DA LIMPEZA: FUNCIONÁRIOS E PRODUTOS



PROCEDIMENTOS DE LIMPEZA E NORMAS DE HIGIENIZAÇÃO:

A FREQUÊNCIA DE LIMPEZA é um desafio para cerca de 50% das escolas, onde os funcionários só estão num período, não existem ou são insuficientes.

Referem que após a reabertura das aulas, a limpeza será realizada entre turnos, mas na proposta de horários, não é contemplado um intervalo de tempo mínimo para efectuar a limpeza, sobretudo, quando existem 1, 2 ou 3 auxiliares de limpeza para cerca de 1000 alunos.

51 Escolas referem que as pessoas que farão a limpeza conhecem as normas de higienização.

Quando questionados como será realizada a limpeza, apenas 18 respondentes (26%) explicaram alguns procedimentos e produtos.

21 escolas responderam “cumprindo as normas”.



CONDIÇÕES DE DISTANCIAMENTO SEGURO

A DISTÂNCIA DE SEGURANÇA indicada pelos professores e directores que responderam ao questionário foi de 1 metro, 1,5 metros ou 2 metros.

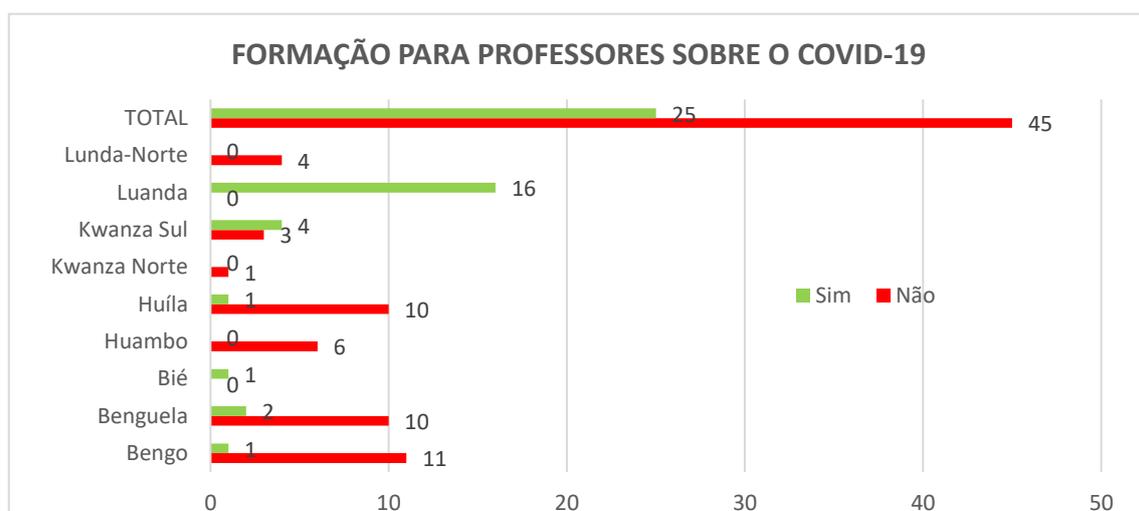
59 escolas (70%) indicaram que iriam dividir as turmas em 2 turnos, para cumprir as normas de distanciamento, mas 5 escolas teriam de fazer 3 turnos e uma, 4 turnos (outras, apenas 1). Porém, os inquiridores ficaram com a sensação que algumas das escolas iriam simplesmente dividir a turma ao meio, sem medir as distâncias de segurança dentro da sala de aula⁷ (e sem contabilizar o número de alunos que chega à escola à mesma hora, as torneiras existentes e o pessoal de limpeza para higienizar entre turnos).

Em relação à organização dos horários, as respostas foram:

- “dividir em turnos diários” (40), por exemplo, 8h00 às 10h15; 10h30 às 12h35; etc.;
- “semanas alternadas” (11);
- “ainda não sei” (18) Para a lavagem das mãos, pretendem garantir o distanciamento criando filas de alunos, colocando mais torneiras e tendo mais adultos (funcionários, professores) para apoiar na organização. Contudo, não foram ainda criadas as condições para tal.

ADAPTAÇÕES PEDAGÓGICAS, FORMAÇÃO E APOIO AOS PROFESSORES - COVID-19

Sobre a existência de FORMAÇÕES ACERCA DO COVID-19 para professores, aproximadamente um terço das escolas (25) referiu que SIM, que houve formação; ou seja, a grande maioria não teve qualquer formação sobre protecção e segurança na pandemia por coronavírus.



⁷ Ver sequência de perguntas no questionário, em ANEXO (“36. Se distribuir as carteiras, com o distanciamento mínimo, quantos alunos poderão sentar na sala de aula?”)

37. Para manter o distanciamento de segurança, uma turma terá de desdobrar-se em quantos turnos?)

Destaca-se positivamente a Província de Luanda, onde todos indicaram que foi organizado um encontro formativo (seminário, palestra, sessão) sobre as medidas de protecção e segurança do COVID-19. No Kwanza Sul, a maioria também recebeu formação, mas nas restantes Províncias, esta foi inexistente ou abrangeu uma minoria. A formação existente foi organizada pela DME e Escola ou DME e Saúde.

Ainda assim, 76% dos respondentes (53) sente que os professores têm as informações necessárias para garantir a protecção e segurança das crianças, sobretudo pela comunicação social.

Acerca da PLANIFICAÇÃO DE AULAS NO NOVO REGIME anunciado (que iniciaria em Julho de 2020), cerca de metade das escolas respondeu que NÃO sabia como planificar

Dos 32 que responderam SIM, 11 não souberam indicar como, quando questionados. Pode deduzir-se, assim, que apenas 21 respondentes têm uma ideia das estratégias para abordar os conteúdos.



Em relação às ESTRATÉGIAS DE COMPENSAÇÃO para os alunos, do tempo sem aulas e da redução horária, as propostas apresentadas foram:



- Dar conteúdos essenciais (4);
- Reforço de aulas e tarefas para casa (12);
- Tarefas para casa (21);
- “NÃO SEI” (33) - foi a resposta mais frequente, independentemente de serem directores ou professores a responder.

Quanto ao APOIO AOS PROFESSORES NAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO EM TEMPOS DE COVID-19, a maioria (44) respondeu que “NINGUÉM” estava a apoiar.



Em 12 escolas, existiu apoio da da própria escola (direcções, coordenações) e em 10 escolas houve apoio da Direcção Municipal da Educação (DME).

ACTIVIDADES NOS ÚLTIMOS 3 MESES (ABRIL a JULHO)

Ao indicarem como tinham sido os ÚLTIMOS TRÊS MESES NA ESCOLA (até final de Julho, altura em que foi aplicado o questionário), 32 responderam que não houve qualquer actividade (46%), a maioria dos quais, escolas públicas. Uma parte destes professores acrescentou que tinham sido “tempos muito bons”.



Entre as actividades realizadas, referiram:

- Organização de tarefas e actividades (3);
- Reuniões com pais e Encarregados de Educação (4);
- Reuniões com professores (11);
- Reuniões com professores e Encarregados de Educação (19)

Em relação a **FORMAÇÕES OU SEMINÁRIOS REALIZADOS, NOS ÚLTIMOS 3 MESES:**

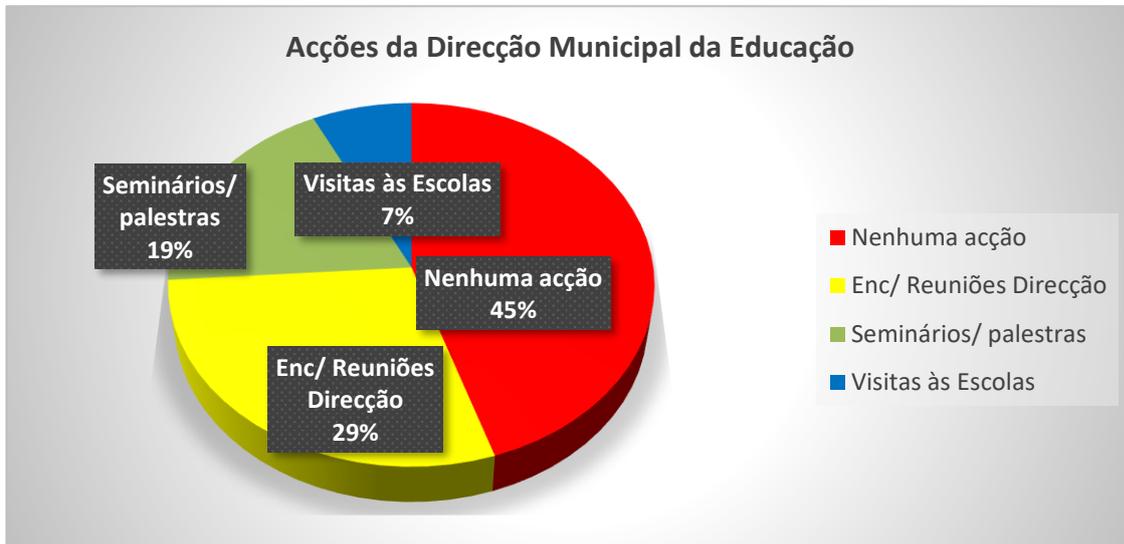
- 14 escolas participadas (93%) respondeu que tiveram algum tipo de formação: 10 organizados pela escola e 4 organizados pela Direcção Municipal de Educação (DME).

- 31 escolas públicas (57%) responderam que tiveram algum tipo de formação: organizada pela escola (15), DME/ ZIP (14) ou Outros (2).

- Os temas indicados foram o COVID-19 (10 escolas); Planificação, Avaliação, Metodologias, Ética profissional, Perfil do professor, entre outros.

Contudo, constatou-se que algumas escolas incluíram nestas respostas os seminários realizados no início do ano lectivo.

Em relação às ACÇÕES REALIZADAS PELAS DIRECÇÕES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, 45% dos participantes do diagnóstico considera que não houve nenhuma acção nos últimos meses, mas 55% indicou diferentes acções realizadas (ver gráfico).



ALUNOS – apoio ou acompanhamento à distância

Sobre a existência de algum SISTEMA DE APOIO OU ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS À DISTÂNCIA, durante os últimos meses (Abril a Julho):

- 6 escolas responderam que SIM (4 de Luanda, 1 no Bengo e 1 no Kwanza Sul): 4 Públicas, 1 Comunitária e 1 Comparticipada

- O apoio efectuado consistiu em visitas dos professores aos alunos e tarefas para casa, mas não de uma forma contínua e sistemática.

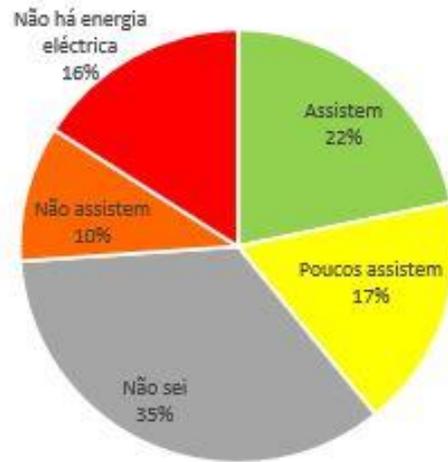
APOIO À DISTÂNCIA AOS ALUNOS



Em relação à sua percepção sobre SE OS ALUNOS ASSISTEM ÀS RÁDIO-AULAS E TELE-AULAS, os directores e professores referiram que os alunos das suas escolas:

- Assistem (15);
- Poucos assistem (12);
- Não assistem (26), 11 dos quais porque não há energia eléctrica;
- Não sabem (24)

Tele e rádio-aulas

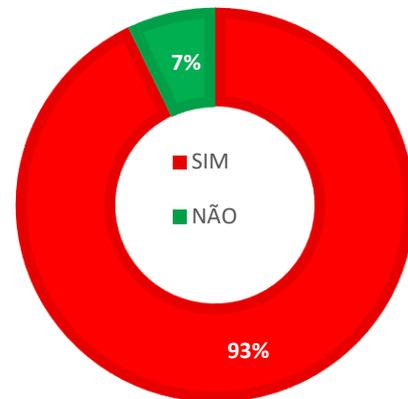


TRANSPORTE PÚBLICO NO TRAJECTO CASA-ESCOLA

Em 31 escolas (quase metade das inquiridas), mais de 50% dos alunos tem que usar transportes públicos para ir à escola.

Em relação aos professores, a esmagadora maioria (82%) usa transportes públicos para se deslocar à escola e, cerca de 65 respondentes (93%) considera que o transporte poderá ser uma dificuldade em termos de protecção e segurança.

O TRANSPORTE PODERÁ SER UMA DIFICULDADE?



NECESSIDADES DAS ESCOLAS para o regresso às aulas

Sobre as CONDIÇÕES PARA O REGRESSO ÀS AULAS, apenas 5 escolas responderam que têm todas as condições para garantir o retorno às aulas em segurança: 2 escolas comparticipadas (em Luanda) e 3 escolas públicas (2 na Huíla e 1 no Bengo).

As 65 escolas que não têm todas as condições, consideram que precisariam de:

- Água regular, mais reservatórios de água e torneiras, produtos de limpeza e higienização, termómetro, pulverizador, material de biossegurança, reforço de pessoal de limpeza e segurança (51)
- Melhoria das condições físicas da escola, nomeadamente, casas de banho, salas de aula, cobertura, mesas e cadeiras, redução do número de alunos por turma, quadro, material de ensino, transporte, entre outros (29).

Pode-se deduzir que, muitas das escolas, além de não terem os materiais de higienização e de biossegurança para prevenção do COVID-19, também não têm condições de ensino-aprendizagem elementares⁸.

CONDIÇÕES DE REGRESSO ÀS AULAS, NAS ESCOLAS



COMO GARANTIR O DIREITO À EDUCAÇÃO

A opinião dos respondentes sobre COMO GARANTIR O DIREITO À EDUCAÇÃO, na actual situação pandémica por COVID-19, teve duas grandes tendências de respostas:

- 1) **Criar condições nas escolas para regresso às aulas presenciais ou semi-presenciais**, rapidamente. Além das condições físicas e de biossegurança nas escolas, muitos directores referiram a importância da escola ter maior orçamento para a sua gestão, ter merenda escolar e ter maior fiscalização.
- 2) **Criar condições de ensino à distância**, como meios de reprodução de material didáctico para alunos trabalharem em casa; radio e tele-aulas; telefone ou outros dispositivos tecnológicos.

Destacam-se as preocupações de alguns directores com a comunidade, referindo que:

- *“a escola está preocupada com a segurança dos alunos, mas não podemos protegê-los em casa”;*
- *“o material de biossegurança tem de se estender à família, para podermos proteger as nossas crianças e professores”;*
- *“apoiar os encarregados de educação para protegerem os filhos do COVID-19”.*

⁸ VER ARTIGO SIKOLA – APDES/REDE EPT.

Sobre possíveis ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS, as opiniões não foram além daquelas com que estão familiarizados, dividindo-se também em 2 grupos de respostas:

- A) **Ensino à distância**, meios tecnológicos, whatsapp, zoom, internet, telefone, apoio da UNITEL e MOVICEL, fotocopiadora para reprodução de material didático.
- B) **Criar condições de ensino presencial ou semi-presencial; reforço do OGE para a educação e do orçamento para a gestão das escolas, acesso à água, material de higienização e biossegurança, mais espaços de aulas e mais professores, aulas comunitárias, entre outras respostas.**



No final do questionário, cerca de 28 participantes destacaram outros assuntos do questionário ou reforçaram alguns já referidos:

- *“É preciso apostar mais na educação (educação de qualidade para o desenvolvimento do país).*
- *Poderíamos ter continuado as aulas, fora da Província de Luanda, e não ter “atrasado” todo o país.*
- *Maior OGE para a Educação. Ter hospitais ou centros de saúde onde há escola. Reabilitar as estradas. A Direcção de educação apoiar as escolas com orçamento.*
- *Que o Estado melhore as condições das escolas, sobretudo água e mais segurança; que o Governo cumpra com as suas responsabilidades. O Executivo deve preocupar-se com a melhoria das condições nas escolas.*
- *Aprender a viver com a situação.*
- *Apoiar as escolas com material de biossegurança, reservatórios de água, meios de ensino-aprendizagem*
- *Criar condições aceitáveis, para retomar o ano lectivo (Angola não é um caso isolado)*
- *Apoio para os produtos e para os professores*
- *Aumentar o número de professores, valorizá-los, remunerar bem; dar condições de habitação e de trabalho; permitir que estes se superem constantemente.*
- *Apenas preservar um bem maior...”*

CONCLUSÕES

Das 70 Escolas do Ensino Primário e I Ciclo do Secundário inquiridas em 9 Províncias, maioritariamente públicas (54), **93% considera que não tem todas as condições para o regresso às aulas em segurança**. Porém, a maioria referiu que **é essencial o regresso às aulas presenciais ou semi-presenciais**, para assegurar não só o direito à Educação, como a protecção das crianças (incluindo do COVID-19).

Constatou-se uma paragem de toda a actividade (lectiva e não lectiva) nas escolas públicas (e algumas participadas) nos meses de Abril a Julho, à excepção de reuniões e formações pontuais em determinadas províncias.

Não obstante muitos professores apreciarem o tempo de interrupção laboral (que poderá ter sido bastante benéfico inicialmente, para a adaptação ao estado de emergência e à pandemia, o facto é que a educação parou! A aprendizagem parou; as crianças pararam; toda a estimulação que necessitam para um desenvolvimento saudável parou! E ainda não se conhecem as consequências do isolamento social, da interrupção lectiva e de outras carências sociais e económicas que a pandemia terá nas nossas crianças e jovens (a população que mais sofre com as medidas de prevenção adoptadas). As mais vulneráveis ficaram expostas a maiores riscos e a maiores desigualdades, e são estas que o Estado deve priorizar nas suas decisões.

O diagnóstico, além de focar as medidas de protecção e segurança necessárias para o regresso às aulas, acentuou, mais uma vez, as debilidades das condições de ensino-aprendizagem existentes no Ensino Primário e I Ciclo Público que, sendo sobejamente conhecidas das Administrações Municipais, Governos Provinciais e Ministério da Educação, continuam sem melhorias. O esforço do Governo em garantir o acesso à Educação, nos últimos anos, através da construção de infra-estruturas, não tem assegurado a manutenção das mesmas nem orçamento para a sua gestão. Tornou-se, assim, evidente que “uma escola não são salas de aula”: são necessários requisitos mínimos para a Educação (INEE, 2010):

- Funcionários – auxiliares educativos, pessoal de limpeza, pessoal de segurança
- Rácio professor-aluno que permita um ensino-aprendizagem efectivo
- Wc em condições e em número suficiente, com água, torneiras e sabão
- Cadeiras, carteiras e espaço de circulação na sala
- Material de apoio – meios didácticos
- Conteúdos curriculares pertinentes e adequados ao contexto
- Professores apoiados e comprometidos com a educação
- Gestão participada
- Alocação de verbas para a gestão da escola
- Ligação Escola – comunidade

Entre as várias condicionantes do ensino presencial, semi-presencial ou à distância que desafiam o direito à Educação, o diagnóstico destacou as seguintes:

ACESSO À ÁGUA, SANEAMENTO E CONDIÇÕES DE INFRA-ESTRUTURAS:

A falta de água é uma das grandes condicionantes do regresso à escola em segurança, tal como o número de torneiras disponíveis e as casas-de-banho funcionais.

A maioria das escolas inquiridas (53%) tem uma (1) ou duas (2) casas de banho para toda a escola, sendo que a média de alunos das 70 escolas participantes no diagnóstico é de 1266. Entre as 41 escolas (59%) com mais de 1000 alunos, 16 delas (41%) têm apenas 2 casas de banho para todos os alunos (1 WC meninas e 1 WC meninos). Isto pode significar que, em cada turno de aulas haja entre 250 a 500 alunos a usar 1 casa de banho.

Além do reduzido número de infraestruturas, o acesso à água é limitado, quer pelo número de torneiras (72% das escolas tem zero ou uma torneira disponível), quer pela irregularidade no abastecimento de água (em 60% das escolas). Este cenário de difícil acesso à água é mais acentuado nas escolas públicas. A maioria das escolas (53%) não tem água canalizada, tendo algumas delas (79%) fontes alternativas, como tanque ou cacimba. O pagamento da água é assegurado ou participado pelo Estado somente em 30 % das escolas.

Estes dados são coincidentes com os apresentados pelo IIMS (Inquérito de Indicadores Múltiplos de Saúde), que indica que apenas metade dos agregados familiares (53%) tem acesso a fontes de água apropriada para beber e somente (32%) das residências possuem algum tipo de instalação sanitária apropriada e não compartilhada, considerando que “a realidade habitacional não é muito diferente nas escolas” (Plano de Emergência do sector da Educação, Abril 2020).

Para minimizar a escassez de torneiras e de casas de banho, cerca de 44% das escolas criaram sistemas de lavagem de mãos alternativos, maioritariamente bidons com torneiras, mas quase todas referem que ainda são insuficientes.



Para além do material de biossegurança necessário para toda a comunidade educativa, específico para protecção na actual pandemia, as escolas sublinham a necessidade de se criarem condições infra-estruturais e condições de ensino-aprendizagem nas escolas. “Melhorar as condições das escolas” passa por cobertura, casas de banho, chão, mesas, cadeiras, vedação, quadro, energia eléctrica, canalização, saneamento, entre outras obras necessárias.

FUNCIONÁRIOS E PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO:

Para manter as condições de higiene protectoras do COVID-19, a escassez ou a inexistência de funcionários de limpeza e de produtos adequados (por exemplo, sabão e lixívia), ainda constitui um risco. Em 12 escolas, incluindo do E. Primário, não há auxiliares de limpeza, e em 56% do total diagnosticado, apenas existem duas ou menos auxiliares (note-se que a média de alunos por escola é de 1266). Mesmo com a criação de 2 turnos de alunos (diários ou semanas intercaladas), a proporção de funcionários de limpeza por escola impossibilita uma higienização eficaz nos intervalos entre turnos (se se considerarem intervalos inferiores a 30 minutos). O conhecimento das normas de limpeza e higienização, por parte do pessoal de limpeza, não é garantido, sem uma formação prática que permita verificar a sua aplicação.

Até ao momento o pagamento da água, dos produtos de limpeza e de alguns funcionários da escola têm sido assegurado pelos pais e Encarregados de Educação, mas não é suficiente, sendo esperado (pelos inquiridos) que o Estado/ Administração Municipal assuma a sua responsabilidade no futuro. Disponibilizar uma verba ou orçamento para a gestão de cada escola, foi uma sugestão apontada pelos directores e professores para ir suprimindo as necessidades acumuladas ao longo dos últimos anos lectivos e poder garantir as condições mínimas de regresso às aulas.

MEDIDAS DE DISTANCIAMENTO SEGURO:

Além das condições infra-estruturais e da falta de funcionários e de professores, o elevado número de alunos por turma e a falta de meios de ensino-aprendizagem têm um maior peso na situação pandémica actual, em que é necessário assegurar o distanciamento físico entre os alunos e uma educação de qualidade.

O elevado número de alunos por escola e por turma continua a ser um desafio à qualidade da educação e à contenção da propagação do vírus: no estudo, a maioria de escolas (59%) tinha mais de 1000 alunos e a maioria de turmas (51%) comportava mais de 45 estudantes na sala.



A falta de seguranças e ausência de auxiliares educativos dificultam a garantia das medidas de distanciamento seguro entre as crianças (para a entrada na escola e para lavar as mãos, por exemplo).

ADAPTAÇÕES PEDAGÓGICAS, FORMAÇÃO E APOIO AOS PROFESSORES

Desde a paragem lectiva, quase metade (46%) dos participantes do questionário referiu que não houve qualquer actividade na escola. Apenas um terço teve formação sobre o COVID-19, maioritariamente de duas Províncias (Luanda e Kwanza Sul).

Metade das escolas (53%) referiu que não sabe como planificar no novo regime de aulas (indicado em Julho de 2020), nem que estratégias utilizar (47%) para compensar os alunos do tempo sem aulas e da redução horária.

Ninguém apoiou os professores nas estratégias de ensino em tempos de COVID-19, em 63% das escolas, e apenas em um terço houve apoio das Direcções Municipais de Educação ou da própria escola. A DME realizou acções pontuais, tal como Reuniões com a Direcção das Escolas, Visitas às escolas ou Seminários (em 55% das escolas).

A falta de centros de saúde próximos, a inexistência de transporte para a escola e, nalgumas situações, estradas em mau-estado de circulação, a falta de energia eléctrica e as dificuldades de comunicação (fraca rede de telefone e internet), são factores que também preocupam os professores no regresso às aulas, sobretudo os que leccionam em locais não urbanos.

ENSINO À DISTÂNCIA

Considera-se que a Educação paralisou, mas algumas das escolas comunitárias, públicas e comparticipadas, comprometidas com a educação, tiveram iniciativas pontuais como o apoio aos alunos com tarefas para casa, a sensibilização da comunidade sobre a Covid-19, as visitas aos alunos e famílias, o apoio à distância utilizando as novas tecnologias, reuniões com encarregados de educação e aulas na comunidade.

Alguns professores sugeriram o ensino à distância utilizando as tele ou rádio-aulas⁹, mas apenas 22% dos participantes do diagnóstico referiu que os alunos assistem a estas medidas, não se conhecendo a sua eficácia na aprendizagem. A falta de energia eléctrica¹⁰ (em 16% das comunidades) foi uma das razões apontadas para não assistirem.

Melhorar o acesso às comunicações por telefone e internet (rede e preço); preparar as escolas e as famílias com meios tecnológicos foram outras sugestões apontadas.

As tarefas para casa, através dos encarregados de educação foi outra medida considerada pelos professores, mas não foi accionada no decurso do tempo de paragem, ou apenas funcionou no início (“os pais foram desistindo de vir à escola” (AEC). A falta de materiais pedagógicos e de meios de reprodução de fichas foi apontada como uma das condicionantes desta medida.

⁹ Segundo o IMSS, 63% dos aglomerados familiares em Angola têm acesso ao telefone e 51% têm acesso à televisão e a rádio, mas nas zonas rurais a percentagem é notavelmente inferior às áreas urbanas.

¹⁰ O Plano de Emergência do sector da educação para resposta à pandemia da covid-19 refere que “O acesso à energia eléctrica é limitado a apenas 42% nos agregados familiares, principalmente nas zonas rurais” (p.11).

GARANTIR O DIREITO À EDUCAÇÃO

Criar condições funcionais nas escolas para o ensino presencial ou semi-presencial é a forma como a maioria dos directores de escola e os professores consideram poder garantir o direito à educação de todas as crianças, sobretudo das que têm circunstâncias mais difíceis em casa. É também a forma de garantir a sua protecção de outros riscos, tais como violência, negligência parental, má-nutrição, higiene¹¹, e protecção contra doenças, incluindo o COVID-19.

As aulas presenciais devem ser ponderadas tendo em conta vários factores além do acesso aos conteúdos curriculares. Devem considerar o direito à educação integral, como um todo, contemplando, por exemplo, educação para a saúde.

O *Plano de Emergência do sector da educação para resposta à pandemia da covid-19*, elaborado pelo Ministério da Educação, UNICEF e Banco Mundial, em Abril de 2020 antecipa a maioria das condicionantes indicadas neste estudo. Contudo, não se conhecem as medidas implementadas, decorridos 4 meses do plano de emergência.

O Plano de Emergência visa “garantir que todas as crianças e jovens em Angola continuem a beneficiar do seu direito à educação de qualidade durante a pandemia da COVID-19, num ambiente seguro e saudável,” estabelecendo objectivos coincidentes¹² com a perspectiva da Rede EPT-Angola e o Mosaiko, bem como das escolas participantes no diagnóstico.



Aos objectivos específicos do Plano, acrescentou-se uma nota sobre a situação com base no diagnóstico realizado:

¹¹ O manual *PONDERAR OS RISCOS* apresenta uma ferramenta que pode apoiar os decisores e os Estados na tomada de decisões sobre a abertura das escolas.

¹² A Rede EPT-Angola e o Mosaiko tiveram contacto com Plano de Emergência apenas na segunda quinzena de Agosto, após a recolha de dados do questionário.

<p>1) Reforçar a capacidade do sector da educação para trabalhar no contexto da COVID 19 para garantir a continuidade do processo de ensino e aprendizagem e a disponibilização de informação adequada sobre a pandemia às crianças, jovens e às suas famílias.</p>	<p>O processo de ensino-aprendizagem paralisou totalmente, desde final de Março até ao início de Setembro. As tele e rádio-aulas não são acessíveis à maioria das crianças e não garantem a aprendizagem das que assistem. As fontes de informação sobre o Covid-19 principalmente a comunicação social.</p>
<p>Promover a coordenação entre os parceiros relevantes do Sector da Educação (nacional, provincial e municipal) e outros parceiros (Nações Unidas, Banco Mundial, organizações da sociedade civil, de serviços de base comunitária, etc.).</p>	<p>As organizações da sociedade civil (OSC) e os pais foram chamadas a um único encontro com as entidades estatais. Não houve qualquer antecipação das medidas da Educação, às OSC ou pais, antes de serem implementadas.</p>
<p>Assegurar a gestão da relação custo/benefício na implementação da resposta sectorial à COVID-19, como forma de garantir a boa utilização dos poucos recursos existentes.</p>	<p>Não se conhece qualquer dado neste sentido. Porém, crê-se que as recomendações deste estudo apresentam benefícios com baixo risco e baixo custo.</p>
<p>Assegurar recursos técnicos, financeiros e apoio institucional, como garantia de suporte à execução das acções nos diferentes cenários do Plano de Emergência.</p>	<p>O OGE Revisto não especifica as verbas para a criação das condições fundamentais para assegurar o ensino presencial, semi-presencial ou à distância.</p>
<p>Criar condições didáctico-pedagógicas e administrativas que assegurem a continuidade do processo de ensino-aprendizagem à distância, incluindo o acesso a materiais didáticos e pedagógicos para as crianças e jovens mais vulneráveis, professores, pais e encarregados de educação</p>	<p>O diagnóstico apurou que, até o início de Agosto, directores e professores não sabiam como planificar no novo regime de aulas, nem que estratégias de compensação poderiam utilizar. A falta de materiais pedagógicos e de verbas para a sua reprodução continua a ser uma realidade das escolas públicas do Ensino Primário e I Ciclo do Secundário.</p>
<p>Assegurar o apoio psicossocial para as crianças e jovens em idade escolar e as suas famílias, como forma de promover o seu bem-estar.</p>	<p>Não se conhece qualquer medida de apoio psicossocial às crianças e jovens mais vulneráveis, além da linha SOS Criança.</p>
<p>Garantir uma transição segura para os alunos e funcionários no período da reabertura das escolas, bem como a existência de programas de recuperação curricular.</p>	<p>O regresso ao ensino semi-presencial é urgente, mas são necessárias condições funcionais que garantam protecção e segurança. O apoio e formação de professores e de outros funcionários das escolas é fundamental.</p>

RECOMENDAÇÕES

Considerando as condições actuais das escolas, as vulnerabilidades sócio-económicas das famílias (sem acesso a meios de ensino à distância e/ou sem capacidade de acompanhamento dos seus filhos), os constrangimentos financeiros do País e dado que a situação pandémica irá perdurar ou agravar no próximo ano (com ou sem retorno às aulas), a Rede EPT-Angola e o MOSAIKO consideram que é **necessário e urgente** criar as **condições funcionais nas escolas para o retorno às aulas com segurança**, num formato **semi-presencial**.

Entende-se por **condições funcionais** (em termos gerais):

- **O abastecimento regular de água**, o aumento do número de torneiras ou a criação de sistemas alternativos de lavagem de mãos, com água e sabão (como o tippy-tap) e casas de banho funcionais;
- **Material de higienização e biossegurança** suficiente: prover os produtos e artigos essenciais e Ensinar a comunidade escolar a criar material de segurança, desinfeção e higienização acessível e eficaz¹³.

O material de biossegurança deve incluir máscaras e viseiras (que podem ser fabricadas na escola, caso haja material); os produtos de limpeza deve obrigatoriamente assegurar em quantidade: sabão, lixívia, detergente de limpeza comum, 1 pulverizador por sala de aula; 1 pano de limpeza por sala).

- **A reorganização dos espaços da escola**, com distanciamento seguro, a adaptação dos horários dos alunos, dos professores e funcionários e a divisão das turmas em pequenos grupos priorizando a segurança da comunidade escolar e o superior interesse da criança.

No Ensino Primário, por exemplo, uma turma com mais de 45 alunos pode dividir-se em 5 turnos. Cada grupo de alunos (preferencialmente com menos de 15 alunos) tem uma aula presencial semanal, de cerca de 3h. Nos outros tempos não lectivos, o professor prepara materiais pedagógicos de reforço curricular e corrige os trabalhos entregues pelos alunos. Nos dias da semana em que não tem aulas, os alunos devem ter um plano diário de tarefas e exercícios, de acordo com o programa.

- **A reorganização pedagógica e curricular**, incorporando a educação para a saúde, e a criação de materiais pedagógicos para apoio e compensação aos alunos, implementando um mecanismo eficaz e abrangente de apoio pedagógico ao professor.

Os professores elaboram planos semanais, contemplando a(s) aula(s) presencial e todas as actividades e tarefas para casa, distinguindo o que são tarefas independentes de tarefas que necessitarão de apoio de um familiar mais velho (pais, irmãos, um estudante mais velho, etc.). O aluno recebe um plano semanal de tarefas dividido por dias. As actividades motoras individuais (exercícios simples) devem ser incluídas nas aulas (dentro da sala), criando intervalos entre as outras matérias, pois são promotoras da saúde e da aprendizagem. Com um grupo pequeno, o professor pode aplicar uma pedagogia

¹³ Consultar Anexo ao Questionário e bibliografia [IHMT/NOVA, 2020](#).

diferenciada, apoiar individualmente o ritmo de cada aluno e superar mais facilmente as suas dificuldades. Foi notório durante esta pandemia, que “manter a vida humana” é o mais importante. Assim, também deve ser o currículo: desenvolver competências para a vida.

Para a implementação destas condições funcionais, adaptando-as a cada contexto de forma rápida, propõe-se a **alocação de verbas às escolas e a sua gestão participada** (pais e comunidade) e a **formação e acompanhamento dos agentes educativos**.

A garantia do direito à Educação, nesta fase pandémica, depende do compromisso de todos os organismos estatais e não estatais envolvidos. Apresentam-se as recomendações prioritárias, a cada um dos principais intervenientes:

À Presidência da República, Assembleia Nacional, Ministério das Finanças, MED, MATRE, Governos Provinciais, Administrações Municipais, Comissão Multisectorial, MINSA:

- **Retorno às aulas semi-presenciais com condições funcionais nas escolas:** abastecimento de água, aumento do número de torneiras, WC funcionais; material de limpeza e biossegurança, funcionários em número suficiente capazes de assegurar a limpeza e o distanciamento físico.
- **Maior diálogo com a comunidade escolar e com a sociedade civil, com espaços de partilha e tomada de decisões participadas** (além das auscultações pontuais que se realizam).

À Presidência da República, Assembleia Nacional, Ministério das Finanças, MATRE, Governos Provinciais, Administrações Municipais:

- **Orçamento para as escolas do Ensino Primário e I Ciclo, de modo a garantir as condições funcionais:** atribuição de verbas para a gestão diária da escola, de acordo com o número de alunos e com as despesas mensais previstas (funcionários da limpeza, guardas, abastecimento de água, energia eléctrica, produtos de limpeza e higienização, material de apoio pedagógico, como giz, papel, reprodução de fichas de apoio, etc.). A gestão dos recursos deve incluir os Pais e Encarregados da Educação e/ou a Comissão de Moradores, sendo acompanhada de mecanismos de prestação de contas simples e eficazes.
- **Flexibilização da contratação de auxiliares educativos para as escolas**

À Comissão Multisectorial, MINSA, MASFAMU, INAC:

- **Estabelecer protocolos de segurança para as escolas, com uma articulação com os serviços de saúde e de apoio social eficaz.** Por exemplo, se um professor detecta uma criança com febre, que procedimentos devem ser realizados e que respostas devem estar a funcionar, para que rapidamente se apoie a criança, sem colocar a comunidade educativa em risco.

Ao MED, UNICEF e empresas de telecomunicações:

- Disponibilizar linha telefónica de apoio pedagógico para o professor, que esclareça dúvidas sobre o processo de ensino-aprendizagem, oriente metodologicamente (sobretudo no Ensino Primário), apoie a inclusão da educação para a saúde no currículo, e encaminhe para o 111, no caso de dúvidas sobre o COVID-19.

Ao MED; Direcções Provinciais e Municipais de Educação:

- Apoio na adaptação e flexibilização das medidas aos diferentes contextos do país;
- **Maior diálogo e partilha de decisões com a comunidade educativa** (directores, professores, alunos, pais, auxiliares educativos) e a sociedade civil, em geral.
- **Reorganização curricular**, introduzindo a educação para a saúde e apoiando os professores na gestão e flexibilização dos programas. **Apoio aos professores**, com formação, supervisão e acompanhamento pedagógico.
- **Fortalecer as Comissões de Pais e Encarregados de Educação**, para a participação na tomada de decisões, gestão educativa e apoio aos educandos (a participação dos pais na educação não se pode limitar ao pagamento de propinas).

Aos Governos das Províncias e Administrações Municipais:

- **Garantir o abastecimento regular de água**, a recolha de lixo (e outras medidas de saneamento) e a manutenção das infra-estruturas das escolas.
- **Advogar por um OGE** face às necessidades e prioridades do Município;

À sociedade civil, Comissões de Pais e Encarregados de Educação, Comissões de Moradores:

- **Monitorar as melhorias na Educação**; monitorar as obras públicas e o OGE face às necessidades e prioridades do Município.
- **Maior participação na Educação**, na tomada de decisões, no apoio à gestão, no apoio e acompanhamento dos seus educandos

Ao MED, UNICEF e Banco Mundial:

- Ponto de situação público sobre o *Plano de Emergência do sector da Educação para resposta à pandemia da covid-19*.

BIBLIOGRAFIA

- Decreto Presidencial n.º 142/20, de 25 de Maio: Declara a situação de Calamidade Pública. Disponível em <https://www.tralac.org/documents/resources/covid-19/countries/3679-angola-statement-on-covid-19-pandemic-25-may-2020/file.html>.
- IHMT/NOVA-Instituto de Higiene e Medicina Tropical – Universidade Nova de Lisboa (2020). Comissão de Saúde Ocupacional, Biossegurança e Qualidade (CoSOBQ) do IHMT/NOVA: *COVID-19: Quais os desinfetantes adequados*. 27 MARÇO, 2020. Disponível em <https://www.ihmt.unl.pt/covid-19-quais-os-desinfetantes-adequados/>.
- INEE (2010). Requisitos mínimos para a educação: preparação, resposta e reconstrução. Disponível em: https://inee.org/system/files/resources/INEE_Minimum_Standards_Handbook_2010%28HSP%29_PT.pdf
- MED, Banco Mundial & UNICEF (2020). *Plano de Emergência do Sector da Educação para Resposta à Pandemia da Covid-19*.
- Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE) e Aliança para a Proteção da Criança na Ação Humanitária. (2020). *Ponderar os riscos: Encerramento e Reabertura de Escolas durante a COVID-19 - Quando, Porquê e Qual o Impacto?*. Nova Iorque, NY. <https://inee.org/pt/resources/ponderar-os-riscos-encerramento-e-reabertura-das-escolas-durante-covid-19>
- UNESCO (2020). *COVID-19 - Resposta educacional*. Nota Informativa n.º 7.1. Abril de 2020 – Setor de Educação. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373275_por?po.
- UNICEF, OPAS, IFRC, 2020. *Mensagens e ações importantes para a COVID-19 - Prevenção e controle em escolas*. Março de 2020. OPAS/BRA/Covid-19/20-015. Disponível em https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51955/OPASBRACovid1920015_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

ANEXOS

ANEXO 1: Questionário às escolas

ANEXO 2: Documento de apoio ao questionário